



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

Rua David Canal, 57 – Centro – Marechal Floriano – Espírito Santo

CEP: 29255-000 – Fone: (27) 3288-1331 / 1327 / 1111

www.marechalfloriano.es.gov.br

RELACI

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Secretaria Municipal de Controle Interno de Marechal Floriano – ES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Marechal Floriano – ES

Gestor responsável: Antônio Lidiney Gobbi

Exercício: 2025

1. Introdução

As atividades de controle interno da Prefeitura Municipal de Marechal Floriano foram definidas com base no Plano de Anual de Auditoria Interna - PAAI 2025, aprovado em 13 de dezembro de 2024 pelo Decreto Normativo Nº 381/2024, como PAAI - Plano de Anual de Auditoria Interna e Atividades da Secretaria Municipal de Controle Interno – Exercício de 2025, a partir da seleção de alguns dos pontos de controle constantes da Instrução Normativa 68/2020 do TCEES e suas alterações.

Informamos que os pontos de controle aqui descritos puderam ser verificados mediante análise de relatórios de sistemas do município (Contabilidade, Patrimônio, Recursos Humanos, Almoxarifado, Tributário, Licitação, Jurídico) ou mediante verificação de processos internos - Conformidade (Verificação documental).

Plano de Ação das Atividades de Controle – Pontos de Controle

1. Itens de abordagem prioritária 1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Objeto / Ponto de controle	Processos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Relatório da Tesouraria retirado do Sistema Contábil: Movimento Financeiro de 01/01/2025 a 31/12/2025	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Relatório Contábil Repasse no valor de R\$ 5.692.569,54	12 parcelas transferidas até dia 20 de cada mês

Os repasses efetuados a Câmara Municipal de Marechal Floriano foram:

Ano: 2024	Valor R\$	Transferidos em:
Janeiro	474.380,85	20/01/2025
Fevereiro	474.380,79	17/02/2025
Março	474.380,79	19/03/2025
Abril	474.380,79	14/04/2025
Maio	474.380,79	15/05/2025
Junho	474.380,79	25/06/2025
Julho	474.380,79	10/07/2025
Agosto	474.380,79	05/08/2025
Setembro	474.380,79	04/09/2025
Outubro	474.380,79	10/10/2025
Novembro	474.380,79	24/11/2025
Dezembro	474.380,79	15/12/2025

Observamos que os recursos destinados aos órgãos do Poder Legislativo foram transferidos até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei. Apenas nos mês de Junho de 2025 o repasse foi feito em 25/06/2025 e de Novembro de 2025 o repasse foi feito em 24/11/2025.



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

Rua David Canal, 57 – Centro – Marechal Floriano – Espírito Santo

CEP: 29255-000 – Fone: (27) 3288-1331 / 1327 / 1111

www.marechalfloriano.es.gov.br

Em CI. SEMUCI Nº 045/2025 encaminhado a SEMUF o Controle Interno solicita informações sobre o repasse de recursos orçamentários terem sido efetuados no mês de junho em 25/06/2025 e no mês de novembro em 24/11/2025. Em resposta a referida CI, a SEMUF esclarece que: Os repasses dos meses de junho de 2025 (realizado em 25/06/2025) e novembro de 2025 (realizado em 24/11/2025) foram efetuados após o dia 20 devido a situações ocorridas no momento do processamento e envio das remessas bancárias. No caso do repasse de junho, a remessa não foi concluída no momento oportuno por uma falha pontual na etapa de autorização, durante o fluxo de trabalho, o que acabou resultando na efetivação em data posterior. Já o repasse de novembro foi impactado pela ocorrência de feriado e ponto facultativo no período, o que interferiu no andamento normal dos procedimentos e no envio da remessa dentro do prazo habitual, ressaltando que se trata de situações pontuais, sem qualquer intenção de descumprimento dos prazos legais para transferência dos duodécimos. Assim que identificadas, foram adotadas as providências necessárias para a realização dos repasses, que ocorreram sem prejuízo à Câmara Municipal. Informa ainda que já foram adotadas medidas internas para reforçar a conferência e validação das remessas, buscando evitar que situações semelhantes voltem a acontecer, reafirmando o compromisso com o cumprimento dos prazos legais e com a regularidade dos procedimentos administrativos.

Situação: Atendida

2. Itens de abordagem prioritária

1.3. Gestão patrimonial

Código	Objeto / Ponto de controle	Processos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras oficiais	Extratos Bancários e Termo de Verificação das Disponibilidades Financeiras	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Extratos Bancários e Termo de Verificação das Disponibilidades Financeiras	Extratos Bancários e Termo de Verificação das Disponibilidades Financeiras

Análise dos extratos bancários e o Termo de Verificação das Disponibilidades Financeiras:

Banco 001: Agência 32085 = total de 23 (vinte e três) contas bancárias – Banco do Brasil S/A

Banco 021: Agência 049 = total de 36 (trinta e seis) contas bancárias - Banestes

Banco 104: Agência 14340 = total de 14 (catorze) contas bancárias – Caixa Econômica Federal

Banco 756: Agência 3010 = total de 02 (duas) contas bancárias – Sicoob

Situação: Atendida

1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Objeto / Ponto de controle	Processos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.1	Educação – aplicação mínima	Analisados os RREO. Apuração do cumprimento do limite legal	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Analisados os RREO. Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	25,72 % Aplicação de Recursos no MDE

De acordo com o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE e o Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA, o percentual atingido na Aplicação de Recursos no MDE foi **25,72 %**.

Situação - Atendida

1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Analisados os RREO. Apuração do cumprimento do limite legal	CRFB/88 - art. 212, inciso XI.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Analisados os RREO. Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	73,60 % FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício
-------	--	---	--------------------------------	---	--	---

De acordo com o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE e o Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA, o percentual atingido na Aplicação de Recursos no FUNDEB foi **73,60%**.

Situação - Atendida

1.4.4	Saúde – aplicação mínima	Analisados os RREO. Apuração do cumprimento do limite legal	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88	Analisados os RREO. Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços	29,60 % Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde
-------	--------------------------	---	---	---	--	---

Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

Rua David Canal, 57 – Centro – Marechal Floriano – Espírito Santo

CEP: 29255-000 – Fone: (27) 3288-1331 / 1327 / 1111

www.marechalfloriano.es.gov.br

				e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Públicos de Saúde	
De acordo com o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde e o Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA, o percentual atingido na Aplicação de Recursos na Saúde foi 29,60 % .						
Situação: Atendida						
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Análise da RGF Despesa com pessoal	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Análise da RGF Despesa com pessoal	Análise da RGF Despesa com pessoal
<p>De acordo com a LRF:</p> <p><i>Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:</i></p> <p><i>III - Municípios: 60% (sessenta por cento).</i></p> <p><i>Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:</i></p> <p><i>III - na esfera municipal:</i></p> <p><i>a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;</i></p> <p><i>b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.</i></p> <p>Consolidado: 41,18% - no exercício de 2025, considerando as despesas consolidadas, foram cumpridos o limite legal de 60% e o limite prudencial de 57%.</p> <p>Poder Executivo: 38,30% - no exercício de 2025, considerando as despesas com pessoal, foram cumpridos o limite legal de 54% e o limite prudencial de 51,3%.</p> <p>Poder Legislativo: 2,88% - no exercício de 2025, limite legal de 6% e o limite prudencial de 5,7%</p>						
Situação: Atendida						
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Análise da RGF Despesa com pessoal	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.	Análise da RGF Despesa com pessoal	Análise da RGF Despesa com pessoal
<p>Parâmetros:</p> <p>Limite Legal - Poder Executivo: 54%</p> <p>Consolidado: 60%</p> <p>Limite Prudencial - Poder Executivo: 51,3%</p> <p>Consolidado: 57%</p> <p>Limite Alerta - Poder Executivo: 48,60%</p> <p>Consolidado: 54%</p> <p>Os limites atingidos foram:</p> <p>Poder Executivo: 38,30%</p> <p>Consolidado: 41,18%</p> <p>O município cumpriu o limite legal e o limite prudencial.</p>						
Situação: Atendida						
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Análise da RGF Despesa com pessoal	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88).	Análise da RGF Despesa com pessoal	Análise da RGF Despesa com pessoal
<p>Parâmetros:</p> <p>Limite Legal - Poder Executivo: 54%</p> <p>Consolidado: 60%</p> <p>Limite Prudencial - Poder Executivo: 51,3%</p> <p>Consolidado: 57%</p>						



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

Rua David Canal, 57 – Centro – Marechal Floriano – Espírito Santo

CEP: 29255-000 – Fone: (27) 3288-1331 / 1327 / 1111

www.marechalfloriano.es.gov.br

Limite Alerta - Poder Executivo: 48,60%
Consolidado: 54%

Os limites atingidos foram:

Poder Executivo: 38,30%

Consolidado: 41,18%

O município **não** ultrapassou o limite legal e o limite prudencial.

Situação: Atendida

1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Balancete da Receita do exercício de 2024	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Balancete da Receita do exercício de 2024	Balancete da Receita do exercício de 2024
--------	---	---	---------------------------	--	---	---

Cálculo do duodécimo 2025:

Receita tributária e transferências – 2024 (Art. 29-A CF/88) 85.996.346,74

% máximo para o município 7 %

Valor efetivamente transferido 5.692.569,54

Os repasses efetuados a Câmara Municipal de Marechal Floriano foram:

Ano: 2025	Valor R\$	Transferidos em:
Janeiro	474.380,85	20/01/2025
Fevereiro	474.380,79	17/02/2025
Março	474.380,79	19/03/2025
Abril	474.380,79	14/04/2025
Maio	474.380,79	15/05/2025
Junho	474.380,79	25/06/2025
Julho	474.380,79	10/07/2025
Agosto	474.380,79	05/08/2025
Setembro	474.380,79	04/09/2025
Outubro	474.380,79	10/10/2025
Novembro	474.380,79	24/11/2025
Dezembro	474.380,79	15/12/2025

Situação: Atendida

1.5. Demais atos de gestão

Código	Objeto / Ponto de controle	Processos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	Documentos da Prestação de Contas Anual (PCA)	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Documentos da Prestação de Contas Anual (PCA)	Documentos da Prestação de Contas Anual (PCA)

Os documentos referentes a Prestação de Contas Anual (PCA) do exercício de 2025 enviados ao Controle Interno estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.

Situação: Atendida

2. Itens de abordagem complementar

2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

Código	Objeto / Ponto de controle	Processos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.1	LDO – compatibilidade com Plano Plurianual.	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 PPA – Lei Municipal Nº 2.398 de 17/12/2021	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 PPA – Lei Municipal Nº 2.398 de 17/12/2021	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 PPA – Lei Municipal Nº 2.398 de 17/12/2021

Da análise da LDO (Lei Municipal nº 2.729 de 12/07/2024) para 2025 observou-se que suas diretrizes e metas e seus objetivos, estavam compatíveis com o PPA (Lei Municipal Nº 2.398/2021) aprovado para o exercício.

Situação: Atendida.



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

Rua David Canal, 57 – Centro – Marechal Floriano – Espírito Santo

CEP: 29255-000 – Fone: (27) 3288-1331 / 1327 / 1111

www.marechalfloriano.es.gov.br

2.1.2	LDO – limitação de empenho.	Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício 2025 e dá outras providências.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 Artigo 26	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 Artigo 26
-------	-----------------------------	--	---	---	---	---

Art. 26 - Somente serão incluídas, na Lei Orçamentária para o exercício de 2025, dotações para pagamento com juros, encargos e amortização da dívida decorrentes de operações de crédito contratadas, autorizadas pela Câmara Municipal.

Parágrafo único – A estimativa de receita de operações de crédito, para o exercício de 2025, terá como limite máximo à folga resultante da combinação das Resoluções 40/01 e 43/01, do Senado Federal.

A LDO para o exercício de 2025 possui em seu artigo 26 dispositivos para a limitação de empenho.

Situação: Atendida.

2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas.	Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício 2025 e dá outras providências.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 Artigo 14	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 Artigo 14
-------	--	--	---	--	---	---

Art. 14 – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e avaliação dos resultados dos programas de governo.

A LDO para o exercício de 2025 possui em seu artigo 14, dispositivos que estabelecem controle de custos das ações de governo.

Situação: Atendida.

2.1.4	LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas.	Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício 2025 e dá outras providências.	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 Artigo 18	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 Artigo 18
-------	---	--	---	---	---	---

Art. 18 - As dotações a título de Subvenções Sociais, Auxílios e Contribuições a entidades privadas sem fins lucrativos, a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual e em seus respectivos créditos adicionais serão autorizadas através de lei específica, obedecerão ao disposto no Art. 16 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único - É vedada a inclusão de dotações a título de Subvenções Sociais, Auxílios e Contribuições para instituições privadas, ressalvadas as de caráter assistencial, médico, educacional e cultural, sem finalidade lucrativa, que definidas conforme “caput” deste artigo, e que não tenham aprovadas as prestações de contas dos recursos recebidos.

A LDO para o exercício de 2025 possui em seu artigo 18, dispositivos que condições para transferências de recursos a entidades privadas.

Situação: Atendida.

2.1.5	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência	Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício 2025 e dá outras providências.	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 e Anexos	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 e Anexo de Metas Fiscais
-------	--	--	-----------------------------------	--	---	---

O anexo de Metas Fiscais estabelece metas anuais relativas as:

- Receitas e Despesas;
- Resultado Nominal e Primário;
- Montante da Dívida Ativa.

Situação: Atendida.



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

Rua David Canal, 57 – Centro – Marechal Floriano – Espírito Santo

CEP: 29255-000 – Fone: (27) 3288-1331 / 1327 / 1111

www.marechalfloriano.es.gov.br

2.1.6	LDO – Anexo de Metas Fiscais – conteúdo	Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício 2025 e dá outras providências.	Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 e Anexos	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 e Anexo de Metas Fiscais
-------	---	--	---------------------------	---	---	---

Os Demonstrativos que compõem o anexo de Metas Fiscais para o exercício de 2025 foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN. São eles:

- Metas Anuais (receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida ativa).
- Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior.
- Metas Fiscais Anuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores.
- Origem e Aplicação de recursos obtidos como alienação de ativos.
- Avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS dos servidores públicos – receitas e despesas previdenciárias do RPPS.
- Estimativa e compensação da renúncia de receita.
- Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- Evolução do Patrimônio Líquido.
- Memória e Metodologia de Cálculo.

Situação: Atendida.

2.1.7	LDO – Anexo de Riscos Fiscais – abrangência	Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício 2025 e dá outras providências.	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 e Anexos	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 e Anexo de Riscos Fiscais
-------	---	--	-----------------------------	--	---	--

A LDO para o exercício de 2025 contém anexo de Riscos Fiscais, com as seguintes descrições:

Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

Passivos Contingentes		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	300.000,00	Reserva de contingência	300.000,00
SubTotal	300.000,00	SubTotal	300.000,00
Demais Riscos Fiscais Passivos		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	400.000,00	Restrição de emissão de empenho	400.000,00
SubTotal	400.000,00	SubTotal	400.000,00
Total	700.000,00	Total	700.000,00

Fonte: Sistema de Administração de Finanças Públicas

Unidade Responsável: Fundo de Desenvolvimento Municipal

Situação: Atendida.

2.1.8	LDO – Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo	Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício 2025 e dá outras providências.	Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício contém todas as funções e informações previstas no MDF.	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 e Anexos	LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 e Anexo de Metas Fiscais
-------	--	--	---------------------------	--	---	---

A LDO para o exercício de 2025 contém o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.

Situação: Atendido



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

Rua David Canal, 57 – Centro – Marechal Floriano – Espírito Santo

CEP: 29255-000 – Fone: (27) 3288-1331 / 1327 / 1111

www.marechalfloriano.es.gov.br

2.1.10	LOA – compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.	LOA - Lei Municipal Nº 2.753 de 19/12/2024 LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 PPA – Lei Municipal Nº 2.398 de 17/12/2021	CRFB/88, art. 165, § 7º.	Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	LOA - Lei Municipal Nº 2.753 de 19/12/2024 LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 PPA – Lei Municipal Nº 2.398 de 17/12/2021	LOA - Lei Municipal Nº 2.753 de 19/12/2024 LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024 PPA – Lei Municipal Nº 2.398 de 17/12/2021
--------	---	--	--------------------------	---	--	--

Da análise da LOA (Lei Municipal Nº 2.753 de 19/12/2024), observou-se que todos os programas e atividades previstas na mesma estavam compatíveis com a LDO (Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024) e com o PPA (Lei Municipal Nº 2.398 de 17/12/2021).

Situação: Atendido

2.1.13	LOA – reserva de contingência	LOA - Lei Municipal Nº 2.753 de 19/12/2024 LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	LOA - Lei Municipal Nº 2.753/2024 LDO - Lei Municipal Nº 2.729/2024	LOA - Lei Municipal Nº 2.753/2024 LDO - Lei Municipal Nº 2.729/2024
--------	-------------------------------	--	-----------------------------------	--	--	--

A LOA contemplou dotação para a reserva de Contingência – valor R\$ 1.520.840,74 no orçamento 2025.

A LDO traz em seu artigo 25 a forma de utilização.

Art. 25- A dotação destinada para Reserva de Contingência será fixada em montante não superior a 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício financeiro de 2025 e será utilizada para atender os passivos contingentes descritos no Anexo de Riscos Fiscais – **Anexo III** desta Lei e outros riscos e eventos fiscais que possam surgir no decorrer da execução orçamentária do exercício de 2025.

Parágrafo único – Caso a Reserva de Contingência não seja utilizada totalmente para atender aos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais até o mês de novembro de 2025 inclusive, os saldos orçamentários da mesma poderão ser utilizados para abertura de outros créditos adicionais, nos limites autorizados pelo Legislativo Municipal.

Situação: Atendida.

2.1.14	LOA – previsão de recursos para pagamento de precatórios	LOA - Lei Municipal Nº 2.753 de 19/12/2024 LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	LOA - Lei Municipal Nº 2.753/2024 LDO - Lei Municipal Nº 2.729/2024	LOA - Lei Municipal Nº 2.753/2024 LDO - Lei Municipal Nº 2.729/2024
--------	--	--	--------------------------	--	--	--

A LOA contemplou dotação para o exercício de 2025:

Secretaria Municipal de Finanças – 33909100000 – Sentenças Judiciais – Ficha: 141.

Existe previsão na LDO conforme o artigo 27 da Lei 2.729/2024.

Art. 27- Serão incluídas no orçamento, dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, desde que apresentadas até 01 de julho ao Poder Executivo.

Situação: Atendida.

2.1.17	Transparência na gestão - realização de audiências públicas	Realização de Audiência Pública e Consulta Pública	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único.	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Realização de Audiência Pública e Consulta Pública	Site da Prefeitura Municipal
--------	---	--	--	---	--	------------------------------

Realização de Audiência Pública e Consulta Pública – Projetos de Lei do PPA, da LDO e da LOA.

<https://www.marechalfloriano.es.gov.br/gabinete-do-prefeito/audiencia-publica/>

<https://www.marechalfloriano.es.gov.br/gabinete-do-prefeito/consulta-publica/>

Situação: Atendida.

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Objeto / Ponto de controle	Processos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
--------	----------------------------	--------------------------------------	------------	--------------	-------------------------------	---------------------



www.marechalfloriano.es.gov.br

2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	LDO, LOA, Relatório de créditos adicionais suplementares e Decretos individuais.	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	LDO, LOA, Relatório de créditos adicionais suplementares e Decretos de 2025	LDO, LOA, Relatório de créditos adicionais suplementares e Decretos de 2025
<p>Na LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024, artigo 19 e na LOA - Lei Municipal Nº 2.753 de 19/12/2024, artigo 5º, prevê abertura de créditos adicionais suplementares mediante Decreto do Poder Executivo.</p> <p>Foi analisado o relatório de créditos adicionais suplementares.</p> <p>Baseado nos Decretos identificados no relatório foi confrontada a informação com a LDO - Lei Municipal 2.729 de 12/07/2024e a LOA - Lei Municipal Nº 2.753 de 19/12/2024.</p>						
Situação: Atendida						
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	LDO, LOA, Relatório de créditos adicionais suplementares e Decretos individuais. Sistema Contábil	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	LDO, LOA, Relatório de créditos adicionais suplementares e Decretos de 2025	LDO, LOA, Relatório de créditos adicionais suplementares e Decretos de 2025
<p>Na LDO - Lei Municipal Nº 2.729 de 12/07/2024, artigo 19 e na LOA - Lei Municipal Nº 2.753 de 19/12/2024, artigo 5º, prevê abertura de créditos adicionais suplementares mediante Decreto do Poder Executivo.</p> <p>Prevêem abertura de créditos adicionais suplementares mediante Decreto do Poder Executivo.</p> <p>Os créditos adicionais suplementares abertos no exercício de 2025 foram realizados através de Decreto Municipal. O sistema contábil não permite movimentação nos créditos adicionais sem que estes sejam vinculados a um Decreto.</p>						
Situação: Atendida						
2.2.17	Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza	Legislação dos Fundos Municipais	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	Legislação dos Fundos Municipais	Legislação dos Fundos Municipais
<p>Fundo Municipal de Saúde – Lei Municipal Nº 21 de 07/06/1993</p> <p>Fundo Municipal de Assistência Social – Lei Municipal Nº 60 de 21/12/1993</p>						
Situação: Atendida						
2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Portal da Transparência	Portal da Transparência
<p>Informações disponibilizadas no Portal da Transparência no site www.marechalfioriano.es.gov.br</p>						
Situação: Atendida						
2.2.22	Transparência na gestão – execução orçamentária	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Portal da Transparência	Portal da Transparência
<p>Informações disponibilizadas no Portal da Trnsparência no site www.marechalfioriano.es.gov.br</p>						



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

Rua David Canal, 57 – Centro – Marechal Floriano – Espírito Santo

CEP: 29255-000 – Fone: (27) 3288-1331 / 1327 / 1111

www.marechalfloriano.es.gov.br

Situação: Atendida.

2.2.23	Transparência na gestão – prestação de contas	LC 101/2000, art. 49.	LC 101/2000, art. 49.	Avaliar se as contas do chefe do Poder Executivo ficaram disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.	Portal da Transparência no site da Prefeitura e o site da Câmara Municipal	Portal da Transparência no site da Prefeitura e o site da Câmara Municipal
--------	---	-----------------------	-----------------------	--	--	--

Publicação das prestações de contas no Portal da Transparência no site www.marechalfloriano.es.gov.br e no site da Câmara Municipal www.cmmarechalfloriano.es.gov.br.

Situação: Atendido.

2.2.25	Transparência na gestão - Conteúdo do RREO	PORTARIA Nº 403, de 28/06/2016. Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF 7ª edição	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Avaliar bimestralmente se o RREO contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	Anexos dos Relatórios RREO	RREO 1º a 6º Bimestre/2025
--------	--	--	--	---	----------------------------	----------------------------

Os demonstrativos fiscais (RREO) estão adequados ao Manual de Demonstrativos Fiscais.

Situação: Atendida

2.2.59	Transparência na gestão - divulgação dos demonstrativos fiscais (RGF)	LC 101/2000, arts. 48, 55 e 63.	LC 101/2000, arts. 48, 55 e 63.	Avaliar se houve divulgação ampla e tempestiva do RGF, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.	Anexos dos Relatórios RGF	RGF 1º a 2º Semestre/2025
--------	---	---------------------------------	---------------------------------	--	---------------------------	---------------------------

Informações disponibilizadas no Portal da Transparência no site www.marechalfloriano.es.gov.br

Situação: Atendida.

2.2.60	Transparência na gestão - Conteúdo do RGF	LC 101/2000, arts. 48, 55 e 63.	LC 101/2000, art. 55, e Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município), se o RGF contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	Anexos dos Relatórios RGF	RGF 1º a 2º Semestre/2025
--------	---	---------------------------------	---	---	---------------------------	---------------------------

Informações disponibilizadas no Portal da Transparência no site www.marechalfloriano.es.gov.br

Situação: Atendida.

2.6. Demais atos de gestão

Código	Objeto / Ponto de controle	Processos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Lei Orgânica do Município Lei Municipal Nº 1.518 de 17/09/2014	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Lei Municipal Nº 1.518 de 17/09/2014	Contratos temporários na Prefeitura Municipal em pleno exercício de 2025

Lei Orgânica do Município – Ato das Disposições Organizacionais Transitórias – art. 7º

Lei Municipal Nº 1.518 de 17/09/2014 - Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e dá outras providências.

Total de Designação Temporária 2025

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
138	474	478	477	482	421	418	436	446	445	442	119

Situação: Atendida



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

Rua David Canal, 57 – Centro – Marechal Floriano – Espírito Santo

CEP: 29255-000 – Fone: (27) 3288-1331 / 1327 / 1111

www.marechalfloriano.es.gov.br

2.6.4	Pessoal – teto	Remuneração dos servidores	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Salários + adicionais de servidores	Folha de pagamento de janeiro a dezembro de 2025
A remuneração dos servidores públicos do município não ultrapassa o valor do subsídio do chefe do Poder Executivo Municipal. Verificamos através de relatórios retirados do sistema de RH e não identificamos nenhuma remuneração superior à remuneração do Prefeito Municipal.						
Situação: Atendida						
2.7. Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento e Atos de Pessoal)						
2.7.1 – Folha de Pagamento						
Código	Objeto / Ponto de controle	Processos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.7.1.2	Resolutividade dos pontos de controle existentes na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	Pontos de Controle do Sistema CidadES	Análise documental	Verificar quais foram as providências tomadas com relação aos 'Pontos de Controle' informados pelo CidadES Folha de Pagamento (PCF) ainda pendentes.	Prestação de Contas da Folha de janeiro a dezembro de 2025	Prestação de Contas da Folha de janeiro a dezembro de 2025
O ponto de controle ocorreu devido a servidores que receberam licença prêmio em pecúnia e a somatória bruta ultrapassa o salário do Prefeito. Foi justificado que há legislação que ampara tal pagamento.						
Situação: Atendida						
2.7.2 – Atos de Pessoal						
Código	Objeto / Ponto de controle	Processos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.7.2.1	Registro de Admissões – envio ao TCE	O último concurso público realizado no município foi no exercício de 2016	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro	Concurso Público 2016, Edital 01/2016, Homologado em 19/02/2018	Nomeações do concurso público no exercício de 2025
Não houve admissão de servidores efetivos do Concurso Público de 2016, no exercício de 2025.						
Situação: Em atendimento						
2.7.2.2	Registro de Admissões – apreciação do controle interno	O último concurso público realizado no município foi no exercício de 2016	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo submetidos à apreciação do controle interno por meio de emissão de parecer.	Concurso Público 2016, Edital 01/2016, Homologado em 19/02/2018	Nomeações do concurso público no exercício de 2025
Não houve admissão de servidores efetivos do Concurso Público de 2016, no exercício de 2025.						
Situação: Em atendimento						

Também foram realizadas ações de controle interno que compreendem:

1.1– Cursos e Capacitações

Esta Secretaria Municipal de Controle Interno participou de cursos e capacitações no decorrer do exercício buscando aprimorar os conhecimentos nas seguintes áreas:

Vitoria - ES, para participar do Curso "Integridade Publica para Municípios: prevenção e repressão, nos dias 16 e 17 de junho de 2025

Vitoria - ES, que participou do Seminário e Políticas Públicas: Decisões Estratégicas que Garantem Resultados para População, realizado no dia 09 de junho de 2025.

Vitoria - ES, para participar dos cursos de Planejamento Estratégico, nos dias 07 a 09 de maio de 2025



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

Rua David Canal, 57 – Centro – Marechal Floriano – Espírito Santo

CEP: 29255-000 – Fone: (27) 3288-1331 / 1327 / 1111

www.marechalfloriano.es.gov.br

Recife - PE, para participação do 17º Seminário Nacional "Ouvidore & Ouvidorias", nos dias 09 a 11 de abril/2025

1.2 - e-SIC: Relatório Quadrimestral das Perguntas e Respostas Registradas no Serviço de Informação ao Cidadão (físico e eletrônico)

- Atendimento a 01 solicitações de pessoas físicas, por meio do SIC Eletrônico.
- Publicados os Relatórios Trimestrais do e-SIC no Portal da Transparência.

1.3 - Ouvidoria: e-OUV Municípios

- Atendimento a 93 manifestações encaminhadas a Ouvidoria Municipal de Marechal Floriano, através do e-OUV Municípios, respondidas dentro do prazo estipulado pelo e-OUV Municípios e pelo e-mail do manifestante.

1.4 – Elaboração do Plano de Ação Anual do Controle Interno (PAACI), para o exercício de 2026.

Plano de Anual de Auditoria Interna - PAAI 2026, aprovado em 23 de dezembro de 2025 pelo Decreto Nº 13.120/2025, como PAAI - Plano de Anual de Auditoria Interna e Atividades da Secretaria Municipal de Controle Interno – Exercício de 2026.

2 - Auditorias e outros procedimentos realizados

Realizados com base no Plano de Anual de Auditoria Interna - PAAI 2025, aprovado em 13 de dezembro de 2024 pelo Decreto Normativo Nº 381/2024, como PAAI - Plano de Anual de Auditoria Interna e Atividades da Secretaria Municipal de Controle Interno – Exercício de 2025.

2.1 – Acompanhamento do funcionamento e atualização das informações no Portal da Transparência – Controle Interno e Setor de Informática:

- Realizado junto aos setores responsáveis pela divulgação de informações obrigatórias na Prefeitura e com o prestador do serviço que gera o portal da transparência, com o intuito de cumprir a Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527/2011), bem como as exigências dos Órgãos de Controle Externo;
- Implementações referentes à Avaliação do Índice de Transparência e Governança Pública, realizada pela ONG Transparência Capixaba;
- Implementações referentes à Avaliação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES para o Programa Nacional de Transparência Pública, junto a ATRICON, com a finalidade de diagnosticar, avaliar, recomendar e monitorar a implementação de medidas voltadas a ampliar a transparência pública ativa no Brasil.

Auditoria 001/2025

Modalidade: Auditoria de Conformidade

Período: Abril/2025 a Julho/2025

Objeto: Portal da Transparência do Município de Marechal Floriano

Auditoria de Conformidade no Portal da Transparência do Município de Marechal Floriano, utilizando como referência, os parâmetros avaliativos do Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) executados pela Transparência Capixaba, Organização Não Governamental com apoio técnico da Transparência Internacional – Brasil (TI Brasil), para avaliar a transparência, integridade e governança pública do poder Executivo no nível municipal.

Auditoria 002/2025



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

Rua David Canal, 57 – Centro – Marechal Floriano – Espírito Santo

CEP: 29255-000 – Fone: (27) 3288-1331 / 1327 / 1111

www.marechalfloriano.es.gov.br

Modalidade: Auditoria de Conformidade

Período: Agosto/2025 a Dezembro/2025

Objetivo: Realizar, juntamente com os demais Tribunais de Contas do Brasil, sob coordenação da ATRICON, o Levantamento Nacional da Transparência Pública

Objeto: Portais de Transparência e sites institucionais

Auditoria de Conformidade no Portal da Transparência do Município de Marechal Floriano, utilizando como referência, os parâmetros avaliativos com base nas Diretrizes de Controle Externo da Atricon 3218/2018, relacionadas à temática “Transparência dos Tribunais de Contas e dos jurisdicionados”, aprovadas pela Resolução Atricon nº 09/2018 (atualizadas pela Resolução Atricon nº 001/2022 de 12 de julho de 2022), Resolução Atricon nº 001/2023 de 02 de junho de 2023 e demais atualizações.

2.2 – Acompanhamento da Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde:

A Secretaria Municipal de Controle Interno solicitou através do processo administrativo 16454/2025 – SEMUCI de 17/12/2025, a contratação de empresa especializada para execução de serviços profissionais de auditoria setorial independente na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Marechal Floriano, e em observância às disposições do art. 75 III Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação Nº 027/2025:

Contrato de Prestação de Serviços nº 140/2025 - contrato que entre si celebram o município de Marechal Floriano-ES e a empresa Captar Consultoria Publica Ltda para o fim expresso nas cláusulas que o integram, em 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS A SEREM APRESENTADOS

3.1 - A contratação pretendida tem por objeto a prestação de serviços especializados de auditoria técnica setorial, a serem executados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, com foco na apuração de possíveis irregularidades, inconformidades operacionais, administrativas, financeiras e assistenciais, especialmente aquelas relacionadas à execução de contratos, instrumentos de gestão, fluxos assistenciais e aplicação de recursos públicos vinculados à política municipal de saúde.

3.2 - A CONTRATADA deverá realizar apuração de possíveis irregularidades em contratos da Secretaria Municipal de Saúde (Contrato de Gestão 072/2025 OSS, Contrato de Parceria CIM Pedra Azul e Contratos de Transporte Sanitários), demandando um rigor técnico especializado e uma abordagem multidisciplinar que envolva conhecimentos que vão além do direito contratual básico. Esses processos requerem expertise em diversas áreas, incluindo no mínimo: Legislação Específica da Saúde, Conhecimento Técnico-Científico, Auditoria e Perícia Contábil, Gestão Pública e Compliance.

3 – Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG

Não houve instauração de Tomada de Contas Especial no exercício de 2025.

4 – Secretaria Municipal de Controle Interno - SEMUCI

Auditor Interno de Controle Interno				
Período		Cargo	Nome	Observação
13/04/2018	-----	Auditor Interno	Tissiana Velasco Pimenta Targueta	Decreto Nº 9.760/2018 (servidor efetivo afastado desde

*Prefeitura Municipal de Marechal Floriano***Estado do Espírito Santo**

Rua David Canal, 57 – Centro – Marechal Floriano – Espírito Santo

CEP: 29255-000 – Fone: (27) 3288-1331 / 1327 / 1111

www.marechalfloriano.es.gov.br

				26/08/2020 conforme o processo judicial do MP Nº 0000996-67.2019.8.08.0055)
--	--	--	--	---

Secretário Municipal de Controle Interno	Período	Decreto	
		Nomeação	Exoneração
Marília da Penha Trarbach	02/01/2025 a 17/11/2025	12.450/2025	13.070/2025
Paulo Roberto Lazaro	18/11/2025 a 08/12/2025	13.073/2025	13.104/2025
Marília da Penha Trarbach	09/12/2025 a 09/02/2026	13.106/2025	13.186/2026

Atualmente a Secretaria Municipal de Controle Interno de Marechal Floriano é provida de um Secretário Municipal de Controle Interno, que atua como Controlador Interno e um Auditor Interno, servidor efetivo afastado desde 26/08/2020 conforme o processo judicial do MP Nº 0000996-67.2019.8.08.0055.

Marechal Floriano, 09 de Fevereiro de 2026.

Marília da Penha Trarbach

Secretária Municipal de Controle Interno

Decreto Municipal Nº 13.106/2025